**CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING: ANÁLISE DOS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA VÍTIMA E DO AUTOR, ENVOLVIDOS EM OCORRÊNCIAS, EM UMA DELEGACIA DE POLÍCIA**

Nathan Baldissera de Souza, Larissa Ramos, Ronildo Pereira Miranda.

Vilson Leonel² (orientador)

**Resumo**

Como objetivo foi analisado a criminalização do Stalking a partir dos elementos caracterizadores da vítima e do autor, identificando os meios reiterados de ameaça à integridade física ou psicológica da vítima. Por tratar se de uma pesquisa documental, foi realizado uma amostragem com a coleta de dados de 37 boletins de ocorrência de uma delegacia de polícia, no período que abrange de janeiro a agosto de 2021 e no período de setembro de 2021 a abril de 2022. A coleta de dados foi realizada no Sistema Integrado de Segurança Pública das quais está vinculada a DPCAMI de Tubarão. Primeiramente é necessário apresentar os principais resultados em percentual no desenvolver do resumo da pesquisa, nos permite compreender que há uma predominância ao gênero da vítima, o que gera um alerta quanto a transição da pratica de um crime com danos na sua maioria psicológicos, para danos físicos de lesão corporal, como violência sexual ou feminicídio.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Stalking, Criminalização, Estatísticas.

**INTRODUÇÃO:**

O termo *stalking* origina-se do verbo inglês *to stalk,* que caracteriza uma forma de perseguição em sua tradução literal. É considerado um fenômeno social que surgiu a décadas em diversos países, no qual, por meio do desenvolvimento tecnológico, tem se tornado algo recorrente, tendo em vista a excessiva exposição da vida dos indivíduos. O *stalking* pode ser mais comum na internet do que fora dela, mas, às vezes, acaba passando para o mundo real.*Stalking* pode ser definido como um padrão de comportamento persistente de assédio de uma pessoa, por meio de várias formas de comunicação, contato, vigilância e monitoramento, sendo considerado uma forma de violência relacional. (GRANGEIA; MATOS, 2011). Os stalkers não constituem um grupo homogêneo e, por isso, é possível encontrar diversas classificações na literatura. Uma das mais importantes é a de Mullen, Pathé e Purcell (2001 *apud* GRANGEIA; MATOS, 2011), que, baseados na motivação e no contexto de ocorrência, os classificam nas seguintes categorias: rejeitado (rejected) que busca reconciliação e/ou desejo de vingança pelo fim do relacionamento; em busca de intimidade (intimacy seeker) que possui uma relação de intimidade que fora idealizada; pretendente incompetente (incompetent suitor) que deseja estabelecer contatos ou ter um encontro; ressentido (resentful) que possui desejo de vingança; e, predador (predatory) que busca obter informações sobre a vítima para uma posterior agressão sexual. Os comportamentos de quem pratica esse crime são diversos. Segundo Jesus (2008), o sujeito ativo do *Stalking* “[...] invade a esfera de privacidade da vítima, repetindo incessantemente a mesma ação por maneiras e atos variados, empregando táticas e meios diversos: ligações nos telefones celular, residencial ou comercial, mensagens amorosas, [...], ramalhetes de flores, presentes não solicitados, assinaturas de revistas indesejáveis, recados em faixas afixadas nas proximidades da residência da vítima, permanência na saída da escola ou trabalho, espera de sua passagem por determinado lugar, frequência no mesmo local de lazer, em supermercados etc. ”Em vigor desde o dia 31 de março, a Lei 14.132/21, que criminaliza a prática de *stalking*, o crime de perseguição, já traz resultados. Um levantamento feito pela GloboNews mostra que a polícia do Estado de São Paulo registrou mais de 686 boletins de ocorrência com queixas desse tipo desde que o código penal passou a punir a prática com até três anos de prisão — uma média de mais de 20 denúncias diárias. (GUGELMIN, 2021). Com a variedade de condutas expostas, o *Stalking* pode ensejar responsabilização civil, resultando em danos materiais ou morais, e responsabilização penal, resultando em crimes ou contravenções. Na seara civil a ilicitude está presente no exagero das aproximações realizadas, na repetição dos atos e na ameaça (seja direta ou indireta). O dano é o psicológico, de ordem moral (CABETTE, 2010). O assediador, seja por meio físico ou digital, ao violar direitos alheios como a liberdade e a privacidade, bens inerentes aos direitos de personalidade, logo, inerentes ao ser humano, incorre em sanção na esfera cível, ferindo os artigos 186 e 927, 949 e 954, todos do código civil. (BRASIL, 2002; SANTOS; TAGLIAFERRO, 2020). Já na seara criminal, recentemente, com a entrada em vigor da Lei nº [14.132](https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1188251136/lei-14132-31-marco-2021), de 31 de março de 2021, foi acrescentado o artigo [147-A](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/386677989/artigo-147a-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940) ao [Código Penal](https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111984002/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40), no capítulo destinado aos crimes contra a liberdade individual, prevendo o crime de perseguição e, no mesmo ato, revogando o artigo 65 da [**Lei das Contravenções Penais**](https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110062/lei-das-contravencoes-penais-decreto-lei-3688-41)**.** Isto posto, observa-se que o artigo [**147-A**](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/386677989/artigo-147a-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940) do [**Código Penal**](https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111984002/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40) passou a tipificar a conduta penal da perseguição, que consiste no ato de perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade, sendo previsto no *caput* a pena de reclusão de seis meses a dois anos, acrescida de multa. (BRASIL, 2021; BRASIL 1940; OLIVEIRA, 2021). A Delegacia de polícia constitui uma das primeiras formas de proteção e acesso à justiça por parte das vítimas. Uma das formas de denúncia ocorre por intermédio de registro de boletim de ocorrência, que é lavrado por um servidor público que tem como foco o registro e detalhamento das circunstâncias que se deram o fato, criminoso ou não, que possui alguma relevância para a segurança pública ou possa contribuir para a manutenção da ordem pública. (CARLINI 2016). O registro poderá resultar na instauração de um inquérito policial quando evidenciada necessidade de apuração do fato criminoso. Segundo Nucci (2016) o inquérito policial é um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria.

**MÉTODO:**

Por tratar se de uma pesquisa documental, foi realizado uma amostragem com a coleta de dados de 37 boletins de ocorrência de uma delegacia de polícia. A coleta ocorreu no período que abrange de janeiro a agosto de 2021 e no período de setembro de 2021 a abril de 2022. Nesse período coleta de dados foi realizada no Sistema Integrado de Segurança Pública das quais está vinculada a DPCAMI de Tubarão, considerando as variáveis sociodemográficas da vítima e do autor do Stalking, a tipificação do perfil criminológico do autor, conforme o artigo 2º da Lei n° 14.132, os meios/formas utilizados para a perseguição da vítima, a classificação do stalker e os danos físicos e psicológicos causados à vítima. Dessa forma, podemos classificar quanto ao nível ou objetivo, como descritiva; quanto a abordagem, como quantitativa e quanto ao procedimento utilizado, como documental. Descritiva porque objetiva associar os elementos caracterizadores da vítima e do autor do crime de perseguição reiterada; quantitativa porque se propõe a mensurar um conjunto de variáveis; e documental porque tem como fonte de coleta de dados os boletins de ocorrência. A coleta de dados foi realizada após a submissão e aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Unisul, em cumprimento à Resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Antes de acessar o sistema, os pesquisadores esclarecerão os objetivos e a metodologia da pesquisa, mediante a entrega e solicitação de assinatura da Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas (DCCIE) e do Termo de Autorização e Compromisso para uso de documentos. Os dados foram analisados observando os parâmetros da pesquisa quantitativa, mediante tabulação e geração de gráficos em planilha Excel. A análise dos dados levou em conta a associação das principais variáveis da pesquisa que visam analisar os elementos caracterizadores da vítima e do autor do crime de perseguição reiterada.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Pela necessidade da entrega do resumo expandido nesta ocasião, será apresentado apenas as tabelas da pesquisa com seus resultados, sendo posteriormente apresentados de forma integral as discussões.

A tabela 1 demonstra os dados em relação ao tipo de crime cometido pelo Stalker.

|  |
| --- |
| **Tabela 1 - Tipo de crime "Agressor" X Lesão "vítima” (n = 37)** |
|
|  **Tipificação Criminal**  | Agressor  | **%** | Vitima  | % |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Violência Psicológica | 0 | **0%** | 37 | **100%** |
| Ameaça | 14 | **38%** | 0 | **0%** |
| Ameaça/Difamação | 1 | **3%** | 0 | **0%** |
| Ameaça/Perseguição Virtual | 1 | **3%** | 0 | **0%** |
| Calúnia | 1 | **3%** | 0 | **0%** |
| Difamação | 1 | **3%** | 0 | **0%** |
| Importunação | 2 | **5%** | 0 | **0%** |
| Importunação Sexual  | 2 | **5%** | 0 | **0%** |
| Injúria/Ameaça | 1 | **3%** | 0 | **0%** |
| Perseguição | 11 | **30%** | 0 | **0%** |
| Perturbação | 3 | **8%** | 0 | **0%** |
| Fonte: Pesquisa realizada pelos Autores - 2022 |

A tabela 2 demonstra os dados em relação ao modus operandi pelo Stalker

|  |
| --- |
| **Tabela 2 - Modo Utilizado "Agressor" x “vitima” (n = 37)** |
|
|  **Modo Utilizado**  | Agressor  | **%** | Vitima  | % |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Pessoalmente | 12 | **32%** | 12 | **32%** |
| Virtualmente | 17 | **46%** | 0 | **0%** |
| Virtualmente/Pessoalmente  | 7 | **19%** | 0 | **0%** |
| N.I "Não Indicado" | 1 | **3%** | 1 | **3%** |
| Ligação | 0 | **0%** | 1 | **3%** |
| Ligação/SMS | 0 | **0%** | 1 | **3%** |
| Ligação/WhatsApp | 0 | **0%** | 1 | **3%** |
| WhatsApp | 0 | **0%** | 16 | **43%** |
| WhatsApp/FB | 0 | **0%** | 3 | **8%** |
| WhatsApp/Instagram | 0 | **0%** | 1 | **3%** |
| WhatsApp/Pessoalmente | 0 | **0%** | 1 | **3%** |
| Fonte: Pesquisa realizada pelos Autores - 2022 |

A tabela 3 demonstra os dados em relação ao motivo relacionado ao Stalker.

|  |
| --- |
| **Tabela 3 - Motivo relacionado "Agressor" x “vitima” (n = 37)** |
|
|  **Motivos**  | Agressor  | **%** | Vitima  | % |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Busca de intimidade | 1 | **3%** | 1 | **3%** |
| Pretendente incompetente | 11 | **30%** | 11 | **30%** |
| Rejeitado | 18 | **49%** | 18 | **49%** |
| Ressentido | 7 | **19%** | 7 | **19%** |
|  |  |  |  |  |  |
| Fonte: Pesquisa realizada pelos Autores – 2022 |

|  |
| --- |
| **Tabela 4 - Tipo de vínculo relacionado "Agressor" x “vitima” (n = 37)** |
|
|  **Tipo de vinculo** | Agressor  | **%** | Vitima  | % |
|  | Advogado | 1 | **3%** | 1 | **3%** |
| Conhecido  | 2 | **5%** | 2 | **5%** |
| Desconhecido | 2 | **5%** | 2 | **5%** |
| Enteado  | 1 | **3%** | 1 | **3%** |
| Ex Locador | 1 | **3%** | 1 | **3%** |
| Ex Marido  | 18 | **49%** | 18 | **49%** |
| Ex Namorado | 4 | **11%** | 4 | **11%** |
| Ex Padrasto  | 1 | **3%** | 1 | **3%** |
| Sem Vínculo  | 6 | **16%** | 6 | **16%** |
| Vizinho | 1 | **3%** | 1 | **3%** |
| Fonte: Pesquisa realizada pelos Autores - 2022 |

**CONCLUSÕES:**

Devido a necessidade de apresentar o resumo nesse momento, em tempo oportuno o mesmo será entregue de forma integral.

**REFERÊNCIAS:**

AMIKY, Luciana Gerbovic. **Stalking.** São Paulo, 2014. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6555/1/Luciana%20Gerbovic%20Amiky.pdf. Acesso em: 05 ago 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. 2018.

GRANGEIA, Helena; MATOS, Marlene. **Inquérito de vitimização por stalking: relatório de investigação**. Portugal: Grupo de Investigação sobre Stalking em Portugal, 2011. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/31235/1/Inque%CC%81rito%20de%20vitimac%CC%A7a%CC%83o%20por%20Stalking%20co%CC%81pia.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

JESUS, Damásio Evangelista de. Stalking. **Revista Jusnavigandi**, 2008. Disponível em: www.jusnavigandi.com.br. Acesso em: 05. ago. 2021.

GUGELMIN, Felipe. SP já registra 686 queixas de stalking, um mês após prática se tornar crime. **Canaltech,** 2021. Disponível em: https://canaltech.com.br/seguranca/sp-ja-registra-686-queixas-de-stalking-um-mes-apos-pratica-se-tornar-crime-185611/. Acesso em: 05. ago. 2021.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Stalking ou assédio por intrusão e violência contra a mulher.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 2010. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=371\_Eduardo\_Cabette&ver=718>. Acesso em: 12 ago. 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza**. Manual de processo penal e execução penal**. 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

JUNIOR, Diego Carlini. **A importância do boletim de ocorrência na atuação policial militar**. Jus, 2016. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/49793/a-importancia-do-boletim-de-ocorrencia-na-atuacao-policial-militar. Acesso em: 18 ago. 2021.

OLIVEIRA, Yago Dias de. **Stalking: crime de perseguição é tipicado no código penal.** **Jus Brasil**, 2021. Disponível em: https://yagodiasdeoliveira.jusbrasil.com.br/artigos/1191668680/stalking-crime-de-perseguicao-e-tipificado-no-codigo-penal. Acesso em: 12 ago. 2021.

SANTOS, Cristina Leite dos; TAGLIAFERRO, Eduardo. **A responsabilidade civil como instrumento jurídico de punição ao stalking e ao cyberstalking**. Intr@ ciencia – Revista Científica, São Paulo, 2020. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/\_biblioteca/revistas/20201125002201.pdf. Acesso em: 12. ago. 2021.

**FOMENTO**

O trabalho teve a concessão de Bolsa pelo Uniedu.